



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA TÉCNICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME 1/2019

Modelo de documento: De acordo o disponibilizado no site do Governo Digital

<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v1-0.odt>

Foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 1/2019º) com eventuais acréscimos sem a perda do seu conteúdo original.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 13)

1.1. O presente Projeto Básico tem por objetivo a contratação, mediante dispensa de licitação, de empresa especializada para fornecimento de 10 (dez) aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite e serviço de ativação e assinatura anual, conforme quantidades e condições estabelecidas neste instrumento.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 14)

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

Tabela 01 - Bens e Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER / CATMAT	UNIDADE	QTDE	NATUREZA
1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite	102695	Unidade	10	Material
2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	25410	Unidade	10	Serviço

2.1.1. Os códigos CATMAT 102695 - "Rastreador De Satélite" e CATSER 25410 - "Serviço de Rastreamento", se encontram cadastrados e ativos, constando no portal de Painel de Preços no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

2.2. Especificações Técnicas

2.2.1. As especificações se encontram no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

2.3. Bens/Serviços de Natureza Comum

2.3.1. Os serviços a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos do inciso XIII do Art. 6º da Lei 14.133/2021, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

2.4. Da continuidade da solução

2.4.1. A natureza do serviço pretendido se enquadra como um serviço contínuo sendo considerado fundamental para as atividades do Censipam.

2.4.2. O art. 113 da Lei nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de prorrogar a duração de contratos cujo objeto seja o fornecimento e a prestação de serviços contínuos, limitado a cinco anos da data de recebimento do objeto inicial.

2.4.3. Mesmo se tratando de serviço continuado, não será admitida a prorrogação do contrato, uma vez que há a previsão de novas demandas de equipamentos e serviço em 2023, que deverão ser futuramente avaliadas quanto ao atendimento das necessidades deste Centro Gestor em especial no que tange a forma de prestação deste serviço e o efetivo desempenho do contrato a ser elaborado a partir do objeto pretendido no atual planejamento da contratação.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 15)

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 15)

3.1.1. Dentre as ações integradas de combate ao desmatamento no país, destaca-se a ampliação da Operação Guardiões do Bioma para foco no combate ao desmatamento.

3.1.2. Com esta iniciativa, o Governo Federal prevê atuar de maneira mais eficaz, com ação policial e de inteligência, para fomento das operações de combate aos ilícitos da região amazônica. Destaca-se também o número do efetivo que atuará na Operação Guardiões do Bioma, além do reforço com o uso de ferramentas como o Brasil M.A.I.S.

3.1.3. Com o objetivo de reduzir o desmatamento do Bioma Amazônia, por meio de ações coordenadas das forças federais e estaduais, e dos órgãos de fiscalização ambiental durante o ano de 2022, a operação terá duração até 31/12/2022, tendo como sede de comando e controle a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SIOP), em Brasília/DF, com atuação nas seguintes áreas: Vista Alegre do Abunã/RO, Porto Velho/RO, Altamira/PA, Itaituba/PA, Novo Progresso/PA, São Félix do Xingu/PA, Colniza/MT, Apuí/AM, Humaitá/AM e Boca do Acre/AM.

3.1.4. Inicialmente, serão estabelecidas **06 (seis) bases** para apoio da operação, localizadas em **Porto Velho/RO, Humaitá/AM, Novo Progresso/PA, São Félix do Xingu/PA, Altamira/PA e Itaituba/PA.**

3.1.5. A operação contará com o apoio do Censipam por meio de disponibilização de ferramentas de comando e controle, geoprocessamento e análise de imagens, levantamento de alvos (GIPAM), Imageamento por SARP, comunicação via satélite (V-SAT) e identificação de localização/rastreamento de agentes de campo. Para tanto, **é requerida a contratação de solução de comunicação e localização/rastreamento** com a prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em intervalos de tempo predeterminados, **para apoio em cada uma das 06 (seis) bases de apoio da operação.**

3.1.6. A solução da presente demanda deve constar de no mínimo solução de comunicação via satélite portátil por mensagens personalizadas e/ou predefinidas, além do rastreamento por via GPS e acionamento de emergência (SOS) para os casos de risco de vida, **para atender a cada uma das 06 (seis) bases de apoio durante toda a duração da operação e 04 (quatro) unidades para suprir os militares em campo do Centro de Coordenação-Geral do Censipam em Brasília/DF e dos centros regionais do Censipam em Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO.** Tal necessidade se dá em função de que as ações serão realizadas nas áreas de atuação acima descritas que, pelas especificidades das ações e da região amazônica, é requerida a comunicação por via satélite com a finalidade de melhorar a segurança e o eventual resgate de servidores e/ou militares em apoio à operação.

3.1.7. Define-se aqui rastreamento como serviço que consiste na rápida localização dos bens ou pessoas e disponibilização das coordenadas de posicionamento dos mesmos, caso não seja mais possível monitorá-lo, ou existam evidências de que o mesmo tenha por qualquer motivo desviado da rota inicialmente traçada.

3.1.8. Findada a operação, os mesmos serão retornados ao CCG para uso das equipes do Censipam em missões de campo e eventual uso conjunto com Órgãos Parceiros.

3.1.9. Os **riscos** envolvidos na **não aquisição** desses equipamentos se resumem na redução da segurança dos agentes e na **impossibilidade** de apoio nas ações da operação em comento.

3.1.10. Ressalta-se que cabe ao Censipam atuar na proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, articulação, **planejamento, integração de informações e geração de conhecimento** de forma continuada. Para tal, faz-se necessário constante atualização e ampliação dos meios tecnológico a para a execução destas tarefas.

3.1.11. Desse modo, a presente demanda é essencial para a consecução das atividades desenvolvidas por este Centro Gestor, em especial o apoio às missões de campo, contribuindo para o sucesso nas ações governamentais no combate aos ilícitos na região amazônica.

3.1.12. Não faz parte do escopo desta aquisição a contratação do serviço do programa de busca, salvamento e resgate (PROGRAMA GEOS / PROGRAMA GLOBAL OVERWATCH & RESCUE™).

3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais – (IN SGD/ME 01/2019, art. 15, inciso I)**

3.2.1. A contratação está em consonância com os documentos estratégicos elencados no art. 6º da IN SGD/ME nº 1/2019.

3.2.2. Os levantamentos realizados neste Projeto Básico estão alinhados com os requisitos tecnológicos atualmente utilizados no Censipam, estabelecendo uma relação de paridade com as necessidades/demandas.

3.2.3. As necessidades de negócio descritas nas Tabelas a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 02 - Alinhamento ao PEI

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS DA ÁREA(IN 01/2019 Art. 10, Inciso I)	
ID	Objetivos Estratégicos
OE05	Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica

Tabela 03 - Alinhamento ao PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC VIGENTE (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)		
ID	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC associada
15	Manter infraestrutura de apoio às missões em campo. (Garantia, Suporte, Manutenção, Gerenciamento e Logística de equipamentos e comunicação para apoio nas missões dentro da área de abrangência do SIPAM (Aeronave Remotamente Pilotada, VSAT transportáveis, Telefonia via satélite, sistema de localização pessoal)	2.2. Índice de satisfação dos usuários com a infraestrutura de TIC física. 10.2. Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna.

Tabela 04 - Alinhamento ao PAC

ALINHAMENTO AO PAC 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
240	Equipamentos para comunicação e localização/rastreamento
241	Serviço de de comunicação e localização/rastreamento

Tabela 05 - alinhamento ao PTA

ALINHAMENTO AO PTA 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)	
Item	Descrição
034/22	Aquisição de solução de comunicação e localização/rastreamento

3.3. **Estimativa da demanda**

3.3.1. Conforme descrito no item 3.1 Contextualização e Justificativa da Contratação.

3.4. **Parcelamento da Solução de TIC – (IN SGD/ME 01/2019, art. 12, §2º, inciso I)**

3.4.1. O objeto da pretendida contratação, bem como a composição dos itens do escopo de fornecimento detalhado no sub-item **2.1 Bens e serviços que compõem a solução**, que formam o conjunto de bens e serviços a serem contratados, configuram uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em que todos os itens do escopo de fornecimento possuem correlação entre si para prover a integração desejada do objeto pretendido visando a implantação de uma solução completa rastreamento e troca de dados.

3.4.2. À Administração interessa o todo da solução, não as unidades que compõem as partes em separado que isoladas são inúteis para o atingimento dos objetivos da pretendida contratação.

3.4.3. Destaca-se ainda que a aquisição por grupo único é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, por manter uma maior qualidade do fornecimento, haja vista que o gerenciamento

permanece todo o tempo a uma mesma empresa, além de garantir a maior facilidade no cumprimento do cronograma e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do fornecimento em uma só pessoa jurídica e concentração da garantia dos resultados.

3.4.4. Assim posto, o agrupamento dos itens em lote único levou em consideração questões técnicas, bem como o ganho de economia em escala, sem prejuízo a ampla competitividade, uma vez que existe no mercado várias empresas com capacidade de fornecer os produtos e serviços na forma em que estão agrupados neste documento.

3.4.5. Este agrupamento encontra guarita ainda em deliberações do TCU sobre a matéria, tais como a decisão que “A aquisição de itens diversos em lotes deve estar respaldada em critérios justificantes”, adotando o entendimento do acórdão 5260/2011, de 06/07/2011, que decidiu que “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”.

3.4.6. O lote único agrupa todos os itens que possuem o objetivo principal de prover os meios necessários para a implantação de uma solução de TIC, incluindo serviços a serem prestados que compõem a rede satelital de rastreamento e troca de dados e acesso aos serviços, bem como os equipamentos para uso destes serviços.

3.4.7. Assim, em razão das características do objeto e regime de execução dos serviços e suas especificidades, não será possível e economicamente viável licita-lo em parcelas (itens, lotes ou etapas) uma vez que se trata de aquisição de um equipamento e serviço de rastreamento satelital específico para o mesmo. Os serviços especializados do item 2 não podem prescindir da disponibilidade dos aparelhos a serem adquiridos no item 1, assim como a possibilidade de não aquisição dos aparelhos do item 1 impossibilitaria o emprego dos serviços. Ambas as situações podem incorrer em prejuízo ao erário acrescido ao possível risco a incolumidade das equipes do Censipam e demais órgãos parceiros em missões de campo críticas caso a solução não seja adquirida.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

Tabela 06 - Relação de resultados e Objetivos

Id	Benefícios	Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade
1	Estabelecer a localização dos servidores e militares, no terreno ou sedes e bases dos órgãos parceiros, durante as operações, principalmente no caso de possível situação de emergência	Eficácia
2	Estabelecer um canal de comunicação seguro, rápido e eficiente para o trâmite de mensagens emergenciais	Eficiência
3	Proporcionar maior cobertura de alcance de localização para cobrir a áreas mais afastadas da Amazônia Legal	Efetividade
4	Atender as demais necessidades do Censipam, no que tange a segurança dos agentes em atividade de campo	Efetividade

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)

4.1. Requisitos de Negócio - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “a”)

4.1.1. Trata-se de contratação de solução de comunicação via satélite conforme suas especificações técnicas e o demandado no documento TI - Documento de Oficialização de Demanda - DOD CGTI 4892250.

4.1.2. O provimento do serviço, independentemente da empresa contratada, se dá através da conexão do aparelho a uma rede satelital por meio de estabelecimento de um link em visada, ou seja, é necessário que o aparelho esteja com sua antena apontada para a direção do satélite provedor do serviço e que não haja obstáculos sólidos no caminho, caso essas condicionantes não sejam atendidas, o serviço não funcionará conforme o esperado.

4.1.3. Deve ser garantida a disponibilidade de uso contínuo do serviço.

4.2. Requisitos de Capacitação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “b”)

4.2.1. Não se aplica em função de que não haverá repasse de conhecimento quanto a operação do aparelho de rastreamento pela contratada a servidores designados pelo Censipam.

4.3. Requisitos Legais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “c”)

4.3.1. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

4.3.2. Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.3.3. Instrução Normativa SEGES /ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.3.4. Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019 - dispõe sobre plano anual de contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o sistema de planejamento e gerenciamento de contratações.

4.3.5. Instrução Normativa SEGES nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

4.3.6. Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

4.3.7. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020/2023 Versão 2020.4.

4.3.8. Plano de Trabalho Anual - PTA, de 2022.

4.4. Requisitos de Manutenção - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “d”)

4.4.1. Não se aplica.

4.5. Requisitos Temporais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “e”)

4.5.1. Os aparelhos deverão ser entregues já configurados no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da assinatura do contrato.

4.5.2. Considera-se a data de início de execução dos serviços a partir da assinatura do contrato, da entrega dos equipamentos e ativação do serviço.

4.5.3. A ativação do serviço se dará após da emissão do Termo de Recebimento Provisório, nos respectivos aparelhos fornecidos.

4.5.4. A contratação dos serviços e sua prestação de garantia se dará em regime 24x7, ou seja, os serviços deverão estar permanentemente disponíveis, inclusive em horários noturnos, finais de semana e feriados.

4.6. Requisitos de Segurança - (IN SGD/ME 01/2019 , art. 16, inciso I, alínea “f”)

4.6.1. A Contratada deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “g”)

4.7.1. Os equipamentos e seus componentes devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível utilizando materiais recicláveis e indicando seu uso na parte externa da embalagem, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.7.2. Os equipamentos e seus componentes não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.7.3. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Projeto Básico e seus anexos, e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “a”)

4.8.1. A prestação do serviço deve atender a legislação brasileira em especial as aplicáveis pela ANATEL.

4.8.2. Os equipamentos fornecidos devem estar homologados pela ANATEL.

4.8.3. A solução deve possibilitar a o rastreamento pessoal via satélite, a comunicação por mensagens curtas e o e acionamento de emergência (SOS).

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “b”)

4.9.1. Não se aplica.

4.10. Requisitos de Implantação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “c”)

4.10.1. Não se aplica.

4.11. Requisitos de Garantia - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “d”)

4.11.1. A garantia deverá seguir os padrões definidos neste Projeto Básico.

4.12. Requisitos de Manutenção (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)

4.12.1. Na necessidade de manutenção de aparelhos em garantia contratual, outro semelhante ou superior deve ser disponibilizado sem ônus ao Censipam.

4.12.2. Manutenções que excedam 90 (noventa) dias devem ter o aparelho substituído por outro semelhante ou superior de primeiro uso sem ônus ao Censipam.

4.12.3. Os equipamentos que se fizerem necessários o recolhimento para manutenção, deverão ser coletados pela contratada, sem ônus para a contratante, no Centro de Coordenação-Geral do Censipam em Brasília/DF.

4.13. Requisitos de Comunicação (IN. 01/2019, art.16, inciso II, alínea “d”)

4.13.1. A Contratada deverá disponibilizar um profissional responsável pelo relacionamento com o Censipam, definindo as formas de integração das equipes.

4.13.2. A Contratada deverá disponibilizar meio de acesso para abertura de chamados em garantia que utilize mecanismos formais de comunicação, tais como: e-mail, site ou central de atendimento.

4.14. Requisitos de Capacitação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “e”)

4.14.1. Não se aplica.

4.15. Requisitos de Experiência Profissional - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “f”)

4.15.1. Não se aplica.

4.16. Requisitos de Formação da Equipe - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “g”)

4.16.1. Não se aplica.

4.17. Requisitos de Metodologia de Trabalho - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “h”)

4.17.1. Não se aplica.

4.18. Requisitos de Segurança da Informação - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “i”)

4.18.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

4.18.2. Para tanto, quando da assinatura do Contrato, a Contratada deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.

4.19. **Outros Requisitos Aplicáveis - (IN SGD/ME 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “j”)**

4.19.1. Não se aplica.

5. **RESPONSABILIDADES - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)**

5.1. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO I)**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.3. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.6. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo.

5.2. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO II)**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.2.7. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quando aplicável.

5.2.8. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante; e

5.2.9. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO - (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)**

6.1. **Rotinas de Execução - (IN SGD/ME 01/2019, art. 18, inciso I)**

6.1.1. **Realização da Reunião Inicial**

6.1.1.1. A reunião inicial fica dispensada, em razão da especificidade dos serviços a serem prestados (fornecimento de equipamentos e serviço de assinatura anual).

6.1.1.2. Os seguintes documento devem ser encaminhados a Contratante em até 10 (dez) dias corridos da assinatura do contrato:

- Termo de Ciência e de Compromisso assinados;
- Documento de apresentação do preposto;
- Documento de garantia dos bens e serviços por parte do fornecedor;
- Lista de seriais dos equipamentos a serem fornecidos;
- Garantia do Fabricante dos equipamentos e prestador dos serviços; e
- Cópia assinada do Contrato.

6.1.2. **Descrição dos eventos do período de ambientação, quando houver**

6.1.2.1. Não se aplica.

6.1.3. **Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.3.1. A execução do Contrato, nos termos do art. 117 e art. 140, ambos da Lei nº 14.133/21, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.1.3.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

6.1.3.3. Caberá a **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, comunicando as mesmas ao seu superior hierárquico.

6.1.3.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.3.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

6.1.3.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens e serviços, sendo ao CONTRATANTE reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.4. **Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços - (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)**

6.1.4.1. **Da execução dos serviços e fornecimento de bens**

- O fornecimento dos equipamentos Spot X deverá se dar em, no máximo, 15 dias corridos da assinatura do contrato.
- Caso seja constatada a violação dos invólucros dos equipamentos do item 1, o Fiscal técnico deverá emitir Termo Circunstanciado e encaminhar o mesmo para o Gestor do Contrato que deverá comunicar o Preposto dos fatos relatados por meio de ofício.
- A Contratada terá 5 (cinco) dias corridos para efetuar a correção dos vícios apontados.
- Constatada a inviolabilidade dos invólucros dos equipamentos do item 1 e o estado de eventuais documentações fornecidas, o fiscal técnico emitirá o Termo de Recebimento Provisório encaminhando o mesmo ao Gestor do Contrato.
- Os testes de conectividades serão realizados pelas equipes técnicas da Contratante, com a participação presencial ou remota das equipes da contratada para efeito de auxílio e repasse de conhecimentos;
- Os testes serão realizados para os itens 1 e 2 observando-se pelo menos:
 - A ativação do serviço de rastreamento em cada um dos aparelhos fornecidos.
 - Verificação do serviço de rastreamento e troca de mensagens curtas em cada um dos aparelhos fornecidos

- O atendimento as especificações do **APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- O serviço de rastreamento deverá monitorar o movimento do equipamento, por meio da rápida localização dos bens ou pessoas e disponibilização das coordenadas de posicionamento dos mesmos, em intervalos de tempo predeterminados, permitindo assim o acompanhamento do deslocamento através de ferramenta web.
- Não faz parte do escopo desta aquisição a contratação do serviço do programa de busca, salvamento e resgate (PROGRAMA GEOS / PROGRAMA GLOBAL OVERWATCH & RESCUE™).
- A empresa contratada deverá atender aos critérios de prática de sustentabilidade ambiental, observando o disposto no item 4.7 deste Projeto Básico.
- Caso seja constatada falhas no funcionamento dos equipamentos ou dos serviços, os Fiscais Técnico e Requisitante deverão emitir Termo Circunstanciado e encaminhar o mesmo para o Gestor do Contrato que deverá comunicar o Preposto dos fatos relatados por meio de ofício.
- A Contratada terá 5 (cinco) dias corridos para efetuar a correção dos vícios apontados.
- Após os requisitos acima atendidos, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo aferindo o início da prestação dos serviços, pelos Fiscais Requisitante e Técnico sendo o mesmo encaminhado ao Gestor do Contrato.
- O Gestor do Contrato deverá então, solicitar, via ofício, a Contratada a emissão da Fatura para pagamento pelo Censipam descontadas as eventuais glosas apuradas sobre o valor da fatura.
- A Contratada fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com o instrumento convocatório e sua proposta.
- A Contratada fica obrigada a fornecer a declaração de garantia dos bens e serviços por parte do fornecedor, durante todo o período de vigência do contrato.
- A Contratada deverá garantir a correta prestação dos serviços e garantia dos bens fornecidos por parte do fornecedor, durante todo o período de vigência do contrato.
- A garantia dos equipamentos será dada pela Contratada porém não a desobriga da apresentação da garantia dos equipamentos por parte do fabricante.
- A guarda e a disponibilização dos equipamentos para eventuais missões devem exigir a emissão de Termo de Responsabilidade pelos Equipamentos e Termo de Cautela. Este último se destina a reparação de valores pelo uso indevido dos equipamentos e serviços.
- No que se refere a prestação dos serviços
 - A contratada deverá dispor de sistema para monitoramento da prestação e disponibilidade dos serviços permitindo o seu acompanhamento mensal
 - A execução dos serviços será avaliada mensalmente por meio da verificação da qualidade pactuada em contrato, dos IMRs apurados conforme definido na seção **7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS**.
 - A contratada deverá fornecer mensalmente a Contratante relatório da disponibilidade dos serviços

6.1.4.2. Da prestação dos serviços de assistência técnica

- A assistência técnica deve ocorrer conforme o item 4.5.4 deste documento e será realizada sempre que solicitada pela Contratante, por meio da abertura de chamado técnico diretamente à empresa Contratada, durante todo o período de vigência do contrato.
- A Contratada deverá disponibilizar para abertura de chamados: telefone (0800 ou de custo do local de abertura do chamado) as suas expensas para solicitação de suporte técnico.
- Na abertura de chamados técnicos junto à Central de Atendimento da contratada serão fornecidas as seguintes informações:
 - Problema observado;
 - Nome, telefone, e-mail do profissional do Censipam responsável pela solicitação; e
 - Severidade do chamado, conforme a Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados.
- Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

- A Contratada informará o número do chamado técnico no ato da comunicação efetuada pela equipe do Censipam, o qual servirá de referência para acompanhamento do chamado, inclusive após o encerramento do mesmo.
- **Dos equipamentos**
 - Os equipamentos que apresentarem defeitos que não estejam relacionados ao seu mau uso deverão ser recolhidos pela Contratada, sem ônus para a Contratante, para execução do conserto nas dependências da Contratada.
 - Após o conserto, o equipamento deverá ser devolvido, sem ônus para a Contratante, juntamente com relatório descrevendo os serviços realizados.
 - Caso o equipamento fique por mais de 90 dias para a manutenção, o mesmo deverá ser substituído por outro novo e de primeiro uso.
- **Dos Serviços**
 - A prioridade de atendimento dos chamados será definida pela Contratante.
 - O tempo de resolução do chamado técnico deverá ser de acordo com a Tabela 07 - Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados abertos, tendo início da contagem a partir da hora de abertura do chamado.
 - Sempre que os tempos de início efetivo de atendimento e de solução não forem cumpridos, bem como surgir qualquer outra situação irregular, a Contratante notificará a Contratada de tal fato para que tome as devidas providências.
 - O não atendimento dos prazos ensejará aplicação de sanções e multas, conforme as sanções administrativas, deste documento.
 - Os equipamentos que se fizerem necessários o recolhimento para manutenção e/ou assistência técnica, deverão ser coletados pela contratada, sem ônus para a contratante, no Centro de Coordenação-Geral do Censipam em Brasília/DF.
 - Será de responsabilidade da Contratada o contato junto ao fornecedor dos serviços de rastreamento para o restabelecimento dos serviços em sua plenitude em caso de eventual indisponibilidade.

Tabela 07 - Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento e de Solução de Chamados abertos.

SEVERIDADE	CLASSIFICAÇÃO	PRAZOS PARA INÍCIO DO ATENDIMENTO DO CHAMADO
1 – Crítico	Solução inoperante. Os serviços estão indisponíveis.	Em até 4 horas
2 – Urgente	Erros ou problemas reincidentes que impactam a operação da solução. Os serviços continuam disponíveis.	Em até 16 horas
3 – Rotina	Problemas contornáveis, não afetando a performance, serviço ou operação ou a função afetada somente é utilizada eventualmente ou temporariamente	Em até 48 horas
4 – Programada	Destinados à implementação de procedimentos de melhorias e correções com vistas a prevenir a ocorrência de problemas, avaliação de ambiente, elaboração de diagnósticos e esclarecimento de dúvidas	Em até 48 horas

6.1.4.3. Cronograma Estimado de Execução:

Tabela 08 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
itens 1 e 2					
0	Assinatura do Contrato	-	0	N/D	Contratante / Contratada
1	Apresentação de documentação exigida à CONTRATADA e a CONTRATANTE	0	10	Dias corridos	Contratada
2	Fornecimento dos equipamentos do item 1 com os serviços do item 2 e eventual documentação	0	15	Dias corridos	Contratada

3	Avaliação das condições de recebimento dos equipamentos e emissão de Termo Circunstanciado em caso de constatação de vícios no recebimento	2	1	Dias corridos	Fiscal Técnico / Gestor do Contrato
4	Correção de eventuais vícios observados	3	5	Dias corridos	Contratada
5	Emissão do Termo de Recebimento Provisório	3	1	Dias corridos	Contratada
6	Execução e verificações e testes dos itens 1 e 2 recebidos e emissão de Termo Circunstanciado em caso de constatação de vícios no recebimento	5	3	Dias corridos	Fiscal Técnico / Fiscal Requisitante / Gestor do Contrato
7	Correção de eventuais vícios observados	6	5	Dias corridos	Contratada
8	Emitir o Termo de Recebimento Definitivo e autorizar a emissão de Nota Fiscal do valor apurado ao preposto	6	1	Dia útil	Fiscal Técnico / Fiscal Requisitante / Gestor do Contrato
9	Emissão de Nota Fiscal	8	10	Dias corridos	Contratada
10	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	9	3	Dias úteis	Fiscal Administrativo do Contrato
11	Enviar para Liquidação/Pagamento	8, 9 e 10	2	Dias úteis	Gestor do Contrato
Ao final do Contrato (*)					
12	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	12	meses	Gestor, Fiscal Técnico, Fiscal Administrativo, Fiscal Requisitante do Contrato e Preposto da Contratada

6.1.5. Da Garantia de Execução Contratual

6.1.5.1. Não será exigida a garantia de execução contratual da Contratada.

6.1.5.2. A execução do objeto, por se tratar de um objeto de baixa complexidade, não exige, s.m.j., a obrigatoriedade da Contratada em prestar a garantia de execução contratual posto que se trata de fornecimento de bens e prestação de serviço pelo período de 12 meses sem previsão de aditamento contratual, serviço este que será executado integralmente pelo fornecedor do serviço o qual será intermediado pela Contratada sendo sua execução realizado integralmente pela prestadora do serviço. Além disto, figura no Projeto Básico a previsão de avaliações mensais e eventual cobrança de multas a Contratada no caso do não atingimento mínimo dos Índices de Medição de Resultados (IMR) definidos.

6.1.6. Locais de entrega, quando aplicáveis – (IN01/2019, art 18, inciso I, alínea “a”)

6.1.6.1. Os aparelhos com todos os seus acessórios listados deverão ser entregues, em remessa única, no Centro Gestor e Operacional do Censipam (CCG), situado na Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CGTIC, CEP 70610-200, em Brasília-DF, em horário das 08h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, telefones (61) 3214-0403.

6.1.7. Documentação mínima exigida - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, inciso I, alínea “b”)

6.1.7.1. Conforme definições nas seguintes seções deste documento:

- "6 – MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO"
- "7 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO"

• APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

6.1.7.2. Todas as ocorrências relativas a execução e gestão contratual devem ser registradas no processo assim como as comunicações entre a Contratada e a Contratante.

6.1.7.3. O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser atualizado contendo todas as ocorrência relevantes no que concerne aos riscos levantados ou a novos riscos identificados.

6.1.7.4. Toda a documentação fornecida pela Contratada deve ser preferencialmente elaborada em português do Brasil ou inglês.

6.1.8. **Papeis e Responsabilidades dos Atores:**

Tabela 09 - Papeis e Responsabilidades dos Atores.

Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato.	Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada. Encaminhar pedidos de multas e sanções. Acompanhar o recebimento de bens e serviços da Contratada Autorizar emissão de faturas. Gerir o contrato. Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços. Gerir pagamentos. Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos. Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual. Observar as normas internas do Censipam para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato.	Providenciar, o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo. Confecção e abertura de chamados à Contratada. Acompanhar o fornecimento de equipamentos e serviços pela Contratada Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato. Avaliar a qualidade dos serviços prestados.
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional.	Providenciar, o Termo de Recebimento Definitivo. Acompanhar o fornecimento de bens e serviços pela Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções. Produzir pareceres sobre a execução do contrato. Garantir a execução contratual. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.	Verificar aderência aos termos contratuais. Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente. Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada. Identificar problemas e apontar possíveis soluções. Garantir a execução contratual. Observar as normas contidas neste Projeto Básico para a execução da gestão contratual.
Fiscal Setorial do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar setorialmente o contrato quanto aos aspectos	Acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos Informar o Gestor do Contrato e/ou fiscais de ocorrências quanto a execução do contrato Abrir chamados junto a Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções.

Papeis	Formação	Resumo das atividades
	administrativos e operacionais.	
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre Contratante e Contratada, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos.	Supervisionar a prestação dos serviços e fornecimento de bens Supervisionar o fornecimento de equipamentos da Contratada Realizar reuniões periódicas com a Contratante. Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados. Representar a Contratada no acompanhamento da execução do Contrato. Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil. Acompanhamento e realização do contrato. Providenciar a emissão das faturas para pagamento Emissão de relatórios de execução dos serviços de manutenção

6.1.9. **Procedimentos de transição, transferência de conhecimento, e finalização do contrato - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 35)**

6.1.9.1. As atividades de transferência de conhecimento se darão durante as reuniões de teste dos itens 1 e 2 entre a Contratada e a Contratante onde os aspectos relevantes quanto a operacionalização e configuração devem ser repassados à Contratada assim como a documentação em meio físico ou eletrônico e preferencialmente em português do Brasil.

6.1.9.2. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis, e de encerramento do contrato deverão observar, no que couber:

- a existência de eventuais pendências ao encerramento do contrato
- a eliminação de acessos ao SEI;
- outras que se apliquem.

6.1.9.3. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

6.2. **QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO II)**

Tabela 10 - Quantidade mínima de bens ou serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite	Unidade	10
2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	Unidade	10

6.3. **MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO III)**

6.3.1. Toda comunicação entre o Gestor do Contrato e o Preposto deverá ser formal, considerando-se como documentos formais o ofício e as comunicações por correio eletrônico;

6.3.2. O Gestor do contrato e o Preposto responderão sobre todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e dentro da razoabilidade

6.4. **FORMA DE PAGAMENTO EM FUNÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS**

6.4.1. O pagamento será realizado após o recebimento integral dos equipamentos do item 1 com os serviços do item 2, a ativação dos serviços nos aparelhos, a devida avaliação/testes, emissão dos Termos de Recebimento Provisório/Definitivo e a devida emissão da fatura para pagamento

6.5. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO V)

6.5.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.5.2. A Contratada e seus profissionais envolvidos no projeto deverão seguir aos seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na entrega dos bens e na prestação dos serviços, sem prejuízo das obrigações constantes deste Projeto Básico:

6.5.2.1. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Censipam ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

6.5.2.2. Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério da Defesa.

6.5.2.3. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do Censipam.

6.5.2.4. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 19)

7.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, art. 19, Inciso I)

7.1.1. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 11 - Metodologia de avaliação das etapas de execução

Etapas	Avaliação	Índice de referência
Fornecimento dos equipamentos	Entrega dos equipamentos	100% dos equipamentos devem ser entregues corretamente embalados sem danos ou violações aparentes nas embalagens Emissão do Termo de Recebimento Provisório dos bens e Serviços
	Verificação dos equipamentos	100% de atendimento as especificações previstas no Apêndice I - Especificações Técnicas 100% de funcionalidades constantes do manual do equipamento funcionais e operantes Emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Equipamentos Fornecidos sem ocorrências ou vícios
Ativação dos serviços	Execução de testes dos serviços	100% de atendimento as especificações previstas no Apêndice I - Especificações Técnicas 100% de eficiência operacional quanto a: 1) Execução de rastreamento em intervalos programados 2) Emissão e recebimento de mensagens de texto curtas (SMS) Emissão do Termo de Recebimento Definitivo da prestação dos serviços sem ocorrências ou vícios
Execução dos serviços	Monitoramento Mensal dos serviços	Apuração do Indicador 01 - IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO Avaliação do relatório mensal de desempenho fornecido pela Contratada

7.1.2. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Contratante, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.

7.1.3. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Fiscais e Gestor do Contrato.

7.1.4. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Coordenação de Licitações e Contratos, que adotará as medidas cabíveis.

7.1.5. Os testes relatados acima não são exaustivos cabendo discricionariamente a Equipe de Fiscalização do Contrato ou ao Gestor do Contrato a execução de testes complementares que deverão ser devidamente documentados no processo.

7.1.6. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeito às sanções administrativas previstas.

7.2. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. art 19, Inciso I)

Tabela 12 - Procedimentos de verificação

Avaliação (O que)	Verificação (Como)
Entrega dos equipamentos	Avaliação das condições de entrega e inviolabilidade dos pacotes Entrega integral de todos os equipamentos (10 unidades)
Equipamentos entregues	Avaliação do alinhamento dos equipamentos e acessórios fornecidos em relação as especificações técnicas do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS Avaliação das funcionalidades dos equipamentos em relação ao seu manual
Serviços contratados	Verificação se os serviços contratados estão alinhados as especificações previstas no Apêndice I - Especificações Técnicas Verificação da eficiência operacional dos serviços ativos nos equipamentos quanto a: 1) Execução de rastreamento em intervalos programados 2) Emissão e recebimento de mensagens de texto curtas (SMS)
Disponibilidade dos serviços	Verificação do atendimento as mensurações mensais do Indicador 01 - IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO

7.2.1. Se dará por meio dos seguintes mecanismos:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.
- especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.2.2. **Mecanismos de implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos**

- Conforme definido na seção 7.3. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS.
- Conforme definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- Conforme definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

7.2.3. **Listas de verificação / Roteiros de testes**

7.2.3.1. A verificação e testes para recebimento, execução e estão do contrato se dará de acordo com:

- definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.
- especificações contidas no APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

7.2.4. **Inspeções e diligências**

7.2.4.1. Não se aplica.

7.3. **NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS - (IN SGD/ME 01/2019. art 19, Inciso I)**

Tabela 13 - Indicador 01 - IDS – INDICADOR DE DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de disponibilidade do serviço de rastreamento satelital e trocas de mensagens
Meta a cumprir	IDS >= 99,7%
Instrumento de medição	Disponibilidade do serviço de rastreamento e troca de mensagens curtas Relatório de ocorrências dos fiscais técnico e requisitante
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$II = (HIP - HIT) / (HTP - HMP) \times 100$ <p>onde: II – Índice de Indisponibilidade HIP – Horas Indisponíveis no mês; HIT – Horas Indisponíveis causadas pela prestadora de serviços satelitais ou fatores supervenientes que impossibilitem a prestação do serviço disponibilizado pela contratada (*); HTP – Horas Totais no Período = Qtd Dias Mês x 24; HMP – Horas de Manutenção Preventivas (**);</p> <p>* Constituem fatores supervenientes que podem afetar satélites, servidores e os equipamentos como por exemplo: a suspensão do serviço de GPS, interferências eletromagnéticas, problemas climáticos, falta de energia, etc. ** HMP – Horas de Manutenção Preventivas – São períodos de manutenção programada autorizadas pelo CONTRATANTE.</p> $IDS = 100 - II$ <p>onde: IDS = Índice de Disponibilidade do Serviço; II – Índice de Indisponibilidade</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Sanções	<p>Para: $80\% \leq IDS < 99,7\%$; aplicar-se-á multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor anual do contrato para o item 2.</p> <p>Para: $60\% \leq IDS < 80\%$; aplicar-se-á multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor anual do contrato para o item 2.</p> <p>Para: $50\% \leq IDS < 60\%$; aplicar-se-á multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor anual do contrato para o item 2.</p> <p>Para: $IDS < 50\%$; aplicar-se-á multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2.</p> <p>O não atingimento do nível mínimo de disponibilidade, por mais de 3 meses seguidos implicará em multa, no percentual de 1% do valor anual do contrato, por ocorrência.</p> <p>Os valores serão cobrados pelos meios permitidos em lei</p>

7.3.1. **Níveis de severidade**

7.3.1.1. Não se aplica

7.4. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. art. 19, Inciso III e IV)**

7.4.1. **Das Glosas**

7.4.1.1. Não se aplica.

7.4.2. **Das Multas**

7.4.2.1. 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por inexecução parcial da obrigação assumida, o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o Censipam promover a rescisão do Contrato;

7.4.2.2. 10% (dez por cento) de multa compensatória de sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.4.2.3. 0,2% a 3,2% por dia limitado ao valor da parcela anual do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 15 e 16, abaixo e, superado o valor de referencia, caracterização de inexecução parcial do contrato;

7.4.2.4. 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor da parcela anual do contrato por hora de atraso nos prazos de atendimento da Tabela 07 - Classificação, Severidade, Prazo de Atendimento de Chamados abertos, até o limite de 0,1% (um décimo por cento) do valor da parcela anual do contrato para o item 2. Após o limite citado configura-se a inexecução parcial da obrigação assumida;

7.4.2.5. Percentuais de multas definidas na tabela 13 da seção **7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS**.

7.4.2.6. Multas decorrentes de infrações graduadas conforme relacionado abaixo:

Tabela 14 - Graus de infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor da parcela anual do contrato

Tabela 15 - Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
5	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
6	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Projeto Básico/contrato;	01

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, após a entrega dos equipamentos com os serviços, a ativação dos serviços nos aparelhos, a realização dos testes e encaminhamento da fatura.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. As pesquisas realizadas para a estimativa de preços para o objeto pretendido, resultaram na elaboração do documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços CGTI CENSIPAM (5301184), que identificou os seguintes preços estimados para a contratação:

Tabela 16 - Bens e Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR ANUAL R\$
1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite.	Unidade	10	1.705,75	17.057,50
2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	Unidade	10	3.211,59	32.115,90
TOTAL					49.173,40

8.2. O valor total anual da contratação na pesquisa de preços efetuada e analisados no documento Análise Crítica da Pesquisa de Preços CGTI CENSIPAM (5301184), foi igual a R\$ 49.173,40 (quarenta e nove mil cento e setenta e três reais e quarenta centavos), e portanto, inferiores a R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), o que coaduna com os termos do Inciso II, Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 10.922/2021, que prevê a dispensa de licitação.

8.3. Posto isto, cumpre esclarecer que o dever de licitar é imposto a toda a Administração Pública pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. Tal dever, entretanto, não é absoluto, visto que a própria Carta Magna delegou à lei ordinária a possibilidade de prever exceções. Referidas exceções são os casos de dispensa de licitação, previstos, respectivamente, no inciso II do Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.4. Ao se verificar as propostas de fornecedores no parâmetro IV identificou-se que o fornecedor Coversat Tecnologia em Solucoes & Comercio de Equipamentos Eireli, CNPJ – 24.331.855/0001-63, ofertou o menor preço para o conjunto do objeto pretendido, possibilitando assim, a contratação na modalidade dispensa de licitação para o objeto pretendido pelo valor total de R\$ 49.080,00 (quarenta e nove mil oitenta reais), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 17 - Melhor proposta de fornecedores para o objeto pretendido.

FORNECEDOR	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR PROPOSTO	VALOR TOTAL PROPOSTO
Coversat Tecnologia em Solucoes & Comercio de Equipamentos Eireli – CNPJ – 24.331.855/0001-63	1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite.	Unidade	10	R\$ 1.699,00	R\$ 16.990,00
	2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1.	Unidade	10	R\$ 3.209,00	R\$ 32.090,00
TOTAL						R\$ 49.080,00

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21)

9.1. Adequação Orçamentária

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- **Programa:** 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- **Fonte:** 100;
- **Ação Orçamentária:** 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM;
- **Plano Orçamentário:** 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores;
- **Programa de Trabalho(PTRES):** 168629;
- **Código do Sistema PTA/2022:** 034/22 - Aquisição de solução de comunicação e localização/rastreamento;
- **Natureza da Despesa:**

Tabela 18 - Naturezas de Despesa

ITEM	Descrição	Natureza de Despesa
1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite	44.90.52.06 - Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	33.90.40.13 - Comunicação de dados e Redes em Geral

9.2. Cronograma de Execução Físico-Financeiro

Tabela 19 - Cronograma de Execução

Etapa	Prazo	% de desembolso 2022
Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite	Em até 10 dias da assinatura do contrato	36,54%
Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	Em até 10 dias da assinatura do contrato	63,46%

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.0.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, não podendo ser prorrogado.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços serão fixos e irredutíveis durante a vigência do contrato.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O dever de licitar é imposto a toda a Administração Pública pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. Tal dever, entretanto, não é absoluto, visto que a própria Carta Magna delegou à lei ordinária a possibilidade de prever exceções. Referidas exceções são os casos de dispensa de licitação, previstos, respectivamente, no Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

"Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias

úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

*§ 4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão **preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento**, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).".(Grifo Nosso)*

12.2. A contratação será executada na modalidade dispensa de licitação nos termos do inciso II do Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.3. **Da dispensa de Licitação**

12.3.1. O dever de licitar é imposto a toda a Administração Pública pelo inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. Tal dever, entretanto, não é absoluto, visto que a própria Carta Magna delegou à lei ordinária a possibilidade de prever exceções. Referidas exceções são os casos de dispensa de licitação, previstos, respectivamente, no inciso II do Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.3.2. O valor obtido na seção 8 - **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO**, no montante de R\$ 49.080,00 (quarenta e nove mil e oitenta reais), é inferior à R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos), o que coaduna com os termos do Inciso II, Art 75º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto nº 10.922/2021, que prevê a dispensa de licitação.

12.3.3. Dessa forma, a aquisição do objeto pretendido será realizada na modalidade dispensa de licitação para o itens do objeto pretendido junto a empresa Coversat Tecnologia em Solucoes & Comercio de Equipamentos Eireli
CNPJ – 24.331.855/0001-63.

12.4. **Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**

12.4.1. Não se aplica por se tratar de dispensa de licitação e não haver bens produzidos em território nacional.

12.5. **Crítérios de Qualificação Técnica para a Habilitação**

12.5.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Projeto Básico.

12.5.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Projeto Básico.

12.5.3. A Empresa a ser Contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômica-financeira.

12.6. **Permissão de Consórcio, Cooperativa ou Subcontratação**

12.6.1. A formação de cooperativas ou consórcio estão vetados em função da própria natureza do objeto pretendido inviabilizar a possibilidade de sua formação dada a existência de um cenário altamente competitivo do setor de telecomunicações.

12.6.2. Assim na possibilidade de se aceitar a formação de cooperativas ou consórcio, a composição das mesmas resultaria da eventual possibilidade de duas concorrentes que prestam o mesmo serviço se juntarem para a prestação deste ou seja uma situação totalmente sem razão ante as peculiaridades do mercado.

12.6.3. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto dada a característica da contratação do serviço ser de integral responsabilidade da Contratada não existindo partes que possam ser subcontratadas.

13. **DA VISTORIA**

13.1. Não se aplica.

14. **DEFINIÇÃO DO GESTOR E EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

14.1. O Censipam, reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da Contratada, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto contratado.

14.2. A gestão e a fiscalização do contrato será exercida por uma equipes e seus substitutos, designada em portaria específica a ser publicada antes da assinatura do contrato, serão designados fiscais setoriais para os Centros Regionais.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Eventuais alterações contratuais desde que não desvirtuem o objeto contratado, reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 à 136 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A Contratada e obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

16. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na dispensa de licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17. APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO

17.1. O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

Brasília (DF), na data de assinatura.

DESPACHO 1:

1) Este Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital
<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v1-0.odt>.

2) Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.

3) Encaminhe-se à apreciação superior.

FERNANDO GOMES FERNANDES
Integrante Requisitante

**CARLOS ALBERTO
CARVALHO MONTEIRO**
Integrante Técnico

**RAFAEL
NEVES
RODRIGUES**
Integrante
Administrativo

Portaria DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD nº 2122, de 12 de abril de 2022 (4911524)

DESPACHO 2:

1) Aprovo, de acordo com o art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021.

2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 72, IV, da Lei 14.133/2021, e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.

3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

EDUARDO SHIGERU MITANI

Ordenador de Despesas

DESPACHO 3:

1) Aprovo, de acordo com o art. 72, VIII, da Lei 14.133/2021, bem como à previsão do art. 11º, § 2º da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 e da Portaria nº 2157/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 16 de junho de 2020 (2381720).

RENATA BITTAR TIVERON

Diretora DITEC

APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa especializada para fornecimento de 10 (dez) aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite e serviço de ativação e assinatura anual, conformes as especificações técnicas definidas abaixo:

Relação de Bens e Serviços

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER / CATMAT	UNIDADE	QTDE	NATUREZA
1	Fornecimento, de aparelhos do tipo Spot X para comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite	102695	Unidade	10	Material
2	Ativação e assinatura anual de serviço de comunicação de mensagens curtas, incluindo mensagem de emergência, além de rastreo por via satélite para os equipamentos que compõem o item 1	25410	Unidade	10	Serviço

Os códigos CATSER/CATMAT, se encontram cadastrados e ativos, constando no portal de Painel de Preços no seguinte endereço <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>

Materiais e serviços a serem disponibilizados

O modelo de referência para os equipamentos que compõem o item 1 deverá atender os seguintes requisitos:

1) Características Principais do Equipamento Spot X

- Mensagens - Possibilita a troca de mensagens de SMS e/ou e-mail.
- S.O.S. - Usuários podem enviar uma mensagem de emergência e transmitir coordenadas de GPS (botão de pânico).
- Rastreo - Monitora o movimento em intervalos de rastreo programáveis de 2½, 5, 10, 30 ou 60 minutos permitindo o acompanhamento do deslocamento através de ferramenta web.
- Check-in.
- Bússola - Bússola integrada e pontos de referência programáveis para auxílio na navegação durante o deslocamento.

2) Especificações Técnicas Mínimas do Equipamento do Tipo Spot X

- comprimento/largura/espessura : 16,61x7,37x2,39 cm e peso 198,4 g, para permitir a portabilidade durante às operações.
- temperatura de operação - de -20 °c a 60 °c.
- temperatura de armazenamento - de -20 °C a 60 °C .
- resistência a impactos - mil-std-810g para impactos.
- resistência à água e poeira - IP67 (1m por até 30 minutos e resistente à poeira)

- Bateria.
 - bateria de lítio recarregável.
 - autonomia de até 240 horas (10 dias) (em modo rastreo de 10 minutos).
- Os aparelhos fornecidos devem ser novos, de primeiro uso.

OBS: Não faz parte do escopo desta aquisição a contratação do serviço do programa de busca, salvamento e resgate (PROGRAMA GEOS / PROGRAMA GLOBAL OVERWATCH & RESCUE™).

3) Acessórios

- Dispositivo Spot X.
- Fita e Mosquetão.
- Cabo de Energia/Dados Micro USB.
- Guia de Início Rápido.
- Adesivo Espelhado S.O.S.
- Cartão de Garantia.
- Guia de Referência GEOS.
- Suporte.

O modelo de referência para os serviços que compõem o item 2 deverá atender os seguintes requisitos:

1) Planos de Serviços

- Pagamento anual antecipado - Contrato de 12 meses, incluindo Solução de Gerenciamento de Dados e Mapeamento.
- A solução deverá oferecer rastreamento online e serviços de mapeamento.
- Mensagens Personalizadas Ilimitadas e bidirecionais.
- S.O.S. Ilimitado.
- Check-In Ilimitado.
- Mensagens Predefinidas Ilimitadas.
- Intervalos de Rastreo 2½, 5, 10, 30 e 60 minutos.
- Incluídas todas as taxas de ativação dos serviços.
- Cobertura - Todo o Território Nacional.
- Taxa de ativação já inclusa no valor do plano.

OBS1: Não faz parte do escopo desta aquisição a contratação do serviço do programa de busca, salvamento e resgate (PROGRAMA GEOS / PROGRAMA GLOBAL OVERWATCH & RESCUE™).

OBS2: A execução dos serviços do item 2 e sua disponibilidade é de responsabilidade do prestador de serviços satelitais.

OBS3: É de responsabilidade da Contratada quando acionada via abertura de chamado, envia os esforços necessários para atendimento do chamado nos prazos definidos assim como o contato junto ao prestador de serviços satelitais para garantir o seu pleno restabelecimento no caso de indisponibilidade.

O prazo de entrega dos aparelhos com todos os seus acessórios que compõem o item 1 é de até 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no Centro Gestor e Operacional do Censipam (CCG), situado na Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Bloco K, CGINT, CEP 70610-200, em Brasília-DF, em horário das 08h30 às 11h30 e das 14h às 17h30, telefones (61) 3214-0403.

A ativação dos serviços que compõem o item 2 se dará durante os testes para o recebimento definitivo do objeto pretendido, conforme condições definidas no projeto básico.

APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

_____, _____.
(local) (data: xx/xx/xxxx)

Ao

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Dispensa de Licitação Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, _____, CPF/Passaporte nº _____, em conformidade com os termos da Dispensa de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. _____, como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº _____, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Dispensa de Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a esta Dispensa de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

Nome completo da Autoridade que assina
Identificação da AutoridadeCARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representate Legal
junto com este documento <<<<

OBS: A contratada é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-MD

Nome completo e sem abreviaturas:

Registro Geral (Identidade):

Órgão Expedidor:

CPF:	Telefones com DDD: ()
Endereço eletrônico (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SEI/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Censipam para qualquer tipo de conferência;

IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;

V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.

VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.

VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao Censipam, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Residência.
- Registro Geral (Identidade).
- CPF.
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SEI-MD, disponível em: https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Brasília, ____ de ____ de ____.

Nome Legível
Assinatura conforme documento com foto Apresentado

APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO (MODELO)

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso,

conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento

obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, _____ de _____ de 2019.

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

TERMO DE CIÊNCIA (MODELO)

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no Censipam.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

Ciência

CONTRATADA

Funcionários

NOME: _____ Matrícula: _____

NOME: _____ Matrícula: _____

APÊNDICE V - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

Identificação

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
CNPJ:	
Contratada:	
CNPJ:	

Termos

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: .

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;

- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
- d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo
- e) ...
- f) . Outras pendências caso existam.

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

CONTRATANTE	CONTRATADA
Autoridade da Área Administrativa	Representante Legal
 Matrícula: Brasília-DF, _____ de _____ de 20____.	

APÊNDICE XI - MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da Contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de Fiscalização do recebimento provisório.

Gestor	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.**4 - Itens recebidos provisoriamente.****5 - Relatório de análise do recebimento provisório.**

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências

6 - Signatários do Termo de Recebimento Provisório.

O Gestor do Contrato e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido provisoriamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços e/ou bens ocorrerá em até **XX** dias, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações constantes do Projeto Básico do Contrato acima identificado.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Provisório a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato	Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula:	Matrícula:

APÊNDICE XII - MODELOS DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.**4 - Itens recebidos definitivamente.****5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.**

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Matrícula:

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gomes Fernandes, Integrante Requisitante**, em 28/07/2022, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Carvalho Monteiro, Integrante Técnico**, em 28/07/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador de Despesas**, em 29/07/2022, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Bitar Tiveron, Diretor(a)**, em 29/07/2022, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Neves Rodrigues, Assessor(a)**, em 01/08/2022, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5376804** e o código CRC **016B1C88**.